

Notas em torno de retratos de criança

Rogério Fernandes
Universidade de Lisboa

Resumo

Ao desta car o ca rá ter po lissé mi co da pa la vra cri an ça, o ar ti go ques ti o na tal po lis se mia para tem pos pre té ri tos. Afir ma que o vo cá bu lo foi mu i tas ve zes sub sti tu í do por ou tros, co mo o in tu í to de de sig nar com mais pro pri e da de as fa ses de de sen vol vi men to in fan til e pro ble ma ti za com isto o es tu do clás si co de Phi lip pe Ariès acer ca do sen ti men to de in fân cia na Ida de Mé dia.

As aná li ses par tem de uma re le i tu ra da Cró ni ca de D. João I, de Fer não Lo pes e ras trea no tex to do cro nis ta as pa la vras usa das para signifi car criança na acep ção que hoje se dá ao ter mo. O propó sito foi o de efetuar son da gem em uma das obras desse gran de cria dor da lí n gua por tu guesa no pe rí o do con si de ra do. A essa fonte a cres centam-se al gu mas pá gi nas da li te ra tu ra que fo ca li za a cri an ça em di fe ren tessi tu a ções, cuja aná li se per mi tiu re con stru ir as di ver sas re pre sen ta ções de cri an ças, as qua is, por sua vez, de põ em so bre tra ços sig ni fi ca ti vos da men ta li da de pe da gó gi ca, em Por tu gal, quan to ao mo do de con ce ber a in fân cia.

Con clui pela ne ces si da de de com pre en der o ter mo in fân cia em seu plu ral, pois as si na la a va ri e da de de per fis que essa ca te go ria his tó ri ca, so cial e psi co ló gi ca com por ta; e aler ta para o fac to de que é pre ci so re cor dar que os re tra tos de cri an ças não pro vêm di re ta men te de cri an ças, mas fo ram pro du zidos por aque les que já não eram me ni nos.

Palavras-chave

Infância – Criança – Li te ra tu ra por tu guesa.

Correspondência para:
Rogério Fernandes
Fa cul da de de Psi co lo gi a e
Ci ên ci as da Edu ca ção
Univer si da de de Lis boa
Al. da Univer si da de
1649-013 Lis boa – Por tu gal
e-mail:
rfernand@fpce.ul.pt

Notes about children's portraits

Rogério Fernandes
Universidade de Lisboa

Abstract

By highlighting the polysemic character of the word 'child', this paper questions such polysemy in past times. The paper asserts that the word 'child' has many times been substituted by others with the purpose of designating more properly the phases of the child development. By doing that, the classic study by Philippe Ariès about the feeling of childhood during the Middle Age is questioned.

The analyses start from a re-reading of the Chronicle of D. João I, by Fernão Lopes, and it traces in the author's text the words used to denote 'child' in its current meaning. The paper's objective was to investigate one of the works of this great author of the Portuguese language in the period studied. Besides Lopes' work, some other pages of the literature that present the child in different situations were also examined. The analyses allowed the reconstruction of various representations of children that revealed significant facets of the Portuguese pedagogical thinking as regards ways of conceiving the childhood.

The paper concludes by arguing for the need of a plural understanding of the term childhood. The plurality would signal to various profiles that this historical, social and psychological category allows. The study also calls attention to the fact that the portraits of children have not come directly from the children themselves but they have been made by those that were no longer children.

Keywords

Childhood – Child – Portuguese literature.

Correspondence:
Rogério Fernandes
Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação
Universidade de Lisboa
Al. da Universidade
1649-013 Lisboa – Portugal
e-mail:
rfernand@fpce.ul.pt

A palavra *criança* cobre hoje uma diversidade de significações que nos permite a sua utilização em diferentes contextos. Essa característica polissêmica nem sempre se verificou. O vocábulo era muitas vezes substituído por outros que designavam com mais propriedade as fases de desenvolvimento infantil.

Vem isto a propósito da teoria de desenvolvimento da por Philippe Ariès acerca do sentimento de infância na Idade Média, tema que tem sido objeto de viva contestação, apesar de o próprio investigador ter confiado do que gostaria de ter prolongado o seu contacto com aquele período histórico.

Entretanto, o ponto de vista dos novos historiadores da infância não se compagina com o de Ariès. Ri ché, por exemplo, chama precisamente a atenção para o esquecimento a que a história da criança na Idade Média foi injustamente votada.

É indubitável que a história da cultura intelectual e do ensino foi privilegiada e a da educação propriamente dita não tem ainda o lugar que deveria ter. A criança foi a grande esquecida dos historiadores da Idade Média, ao passo que verificamos pelos documentos escritos e pela iconografia que a criança está presente na família, na escola e na sociedade. (Ri ché, 1991, p.38)

Da niè le Alexandre-Bidon (1991), por sua vez, recorda que a história do ensino no *primário* na Idade Média é um fenómeno relativamente recente, que ainda no início dos anos 80 não era coisa vulgar. Insuficientemente estudada, mal estudada, tinha-se quase a impressão de que tudo começava no colégio, ao passo que, na realidade, tudo começava à mesa da ama! De resto, tantas relações semânticas ligavam a aprendizagem da leitura e a alimentação das crianças que o caso não é nada de espantar: mesa e mesinha, alimentar o corpo e *nutrir* o espírito, o mesmo termo significando, nessa época, ali mentar e educar (id., p.52-53).

É evidente que, por nossa parte, não podemos prestar um contributo de importância para o tema da criança no quadro medieval. Limitámo-nos, em primeiro lugar, a proceder a uma releitura da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, rastreando no texto do imortal cronista as palavras usadas para significar *criança* na acepção que hoje damos ao vocábulo. Desta perspectiva, pretendemos apenas proceder a uma sondagem numa das obras de um grande criador da língua portuguesa no período considerado.

Além disso, algumas páginas da nossa literatura focam a criança em diferentes situações. A sua análise permitiu-nos reconstruir as diversas representações de crianças que foram sendo feitas, as quais, por sua vez, de põem sobre traços significativos da mentalidade pedagógica portuguesa quanto ao modo de conceber a infância.

Tra ta-se, por tanto, de um pe que no ensaio destinado a mapear al gun terre nos susceptíveis de son da gens mais pro fun das.

A criação, a mãe e a ama

O costume de as famílias senhoriais entregarem os filhos à amamentação das amas, do mesmo modo que os Munícipios, as Misericórdias e os Hospitais dos Expostos confiavam a estas a criação dos órfãos e dos expostos (ou engeitados), é referenciado na alvora da terra portuguesa. Os Cancioneiros medievais contém alu sões a essa prática, censurada por uns, aprovada ou pacificamente aceita para outros. Há mesmo uma justali terária em relação a essa prática.

O ofício das amas era muitas vezes desvalorizado, assim como as pro fissões ou capacidades dos respectivos maridos, visto que se tratava de gente pobre em cujas residências eram, todavia, tratados na puerícia os meninos das famílias opulentas. Havia casos, porém, de residência das amas em casa da família que lhes confiava os filhos. A carta de

comtia, por exemplo, cuja entrega, segundo Fernão Lopes, era feita pelo *es crivão dos maravedis*, era colocada no peito do menino, estando este no berço ou no colo da amas se aca so a ti ves se (id., p.178-179, v.2).

Apesar das críticas, a entrega de crianças às amas continuará até ao século XIX adiantado, embora, nesse tempo, semelhante recurso fosse maioritariamente procurado nos casos de ilegitimidade. As páginas finais de *O crime do Padre Amaro* focam precisamente um desses casos de criadores de meninos, sob os quais se suspeita de assassínio, o que poderiam ter praticado a coberto de elevadas taxas de mortalidade infantil, beneficiando integralmente da quantia já recebida para suportar as despesas da criação. Pensa-se, de resto, que esse episódio poderá ter sido inspirado a Eça de Queiroz por um facto real. Foi tor na do público, por outro lado, que D. João VI perdoou a uma ama um número bastante imponente de assassínios de bebés, sob a promessa de que não reincidiria na prática.

Seja como for, em Fernão Lopes achamos a declaração expressa da relação afectiva das mães e das amas para com a criança que criavam: “(...) a madre na doo do filho e a ama que o cria sem te(m) mor pena que outro nenhuu (...)” (id., p.100).

Esta relação afectiva não anulava o desprendimento social com que era olhado o nascimento, o que, segundo Ariès, se devia à incerteza quanto à sobrevivência do bebé, nos primeiros tempos de vida. A ausência de registos de nascimento embaraçava a atribuição da idade real. Fernão Lopes deixa transparecer tal dificuldade, quando escreve: “(...) e de i xou por her de iro seu filho (...) em ida de *pou co mais ou me nos* de quin ze años” (id., p.208; itálico nosso); “Este dom Joam (...) se ria de ida de *ataa [até] se sem ta annos* (...)” (id., p.211; itálico nosso).

A pequena idade

A *idade pequena* ou *pequena idade* (id., p.208 e p.211) tinha os 11 anos como ponto de

referência (id., p.308 e p.311). Nessa fase etária incorporavam-se vários estádios e graus de desenvolvimento.

A palavra *parvo(s)* aparece conotada com os conceitos de inocência e de mansidão (*os inocentes parvos...*, *tam doce como parvo...*), mas representava já um período de aprendibilidade, o da fala: os *parvoos* ou *parvulos* eram crianças de colo a quem as mães ensinavam a falar: “(...) em duziam as mães os inocentes parvoos que tinham do colo (...) em si nan do-lhes como dissessem (...)” (id., p.261, v.1).

As *crianças*, por sua vez, eram meninos de peito ou mesmo ainda não nascidos em fase de gestação. Assim se explica o sentido de frases como aquelas que adiante se transcrevem: “Desfalleça o leite a aquellas que tinham crianças a seus peitos (...)” (id., p.307), ou: “(...) com mo lheres e filhos e mu itas crianças pequenas (...)” (id., p.387), ou, finalmente, a alusão ao aborto da Rainha que, muito preocupada com a saúde do marido, “de guisa que logo moveo *de hua criança* (...)” (id., p.256.)

A palavra *menino(a)s* designava, em geral, uma criança com um grau maior de desenvolvimento físico e de resistência. O seu vestuário, porém, pertencia ainda ao escalão da criança: “(...) os trapos dos meninos (...)” (id., p.268). A sua robustez permitia a aplicação de castigos corporais: “(...) que elle o açoutaria no cuu, como fazem ao menino” (id., p.268); “(...) que o em ten dia da çou tar no cuu come me ni no” (id., p.297.) No entanto, a palavra *menino* também podia significar criança de berço, confor me ocorre no mesmo livro (id., p.178-179, v.2).

Seguiam-se os *moços*, palavra que apresentava uma interessante graduação. Os *moços* ou *moças pequenos*, incluíve comenos de um ano, distinguíam-se dos que se designavam simplesmente por *moço* ou *moças*. Deste modo, Fernão Lopes refere-se a uma “*moça pequena de oito meses nada, que no berço homde jazia se levantou* (...)”, isto é, a uma

criança do sexo feminino, ainda de berço e apenas com oito meses (que se levantou por sinal de vi do a um pro dí gio). Re fe rên cia se acha tam bém a mo ços de três e qua tro anos, os qua is an davam “*pe din do pam pel la çi da de por amor de Deos, como lhes em si na vam suas ma dres (...)*” (id., p.307).

Os *moços pequenos* emparelhavam com ho mens e mul he res e po di am ser objec to de pe nas judiciais graves, inclusive a pena máxima. Foi o caso nar ra do por Fer não Lo pes. Ho mens, mul he res e mo ços ti nham em pre en di do o rou bo de erva de uma vila para o ar ra i al, vis to que ela es ta va fal tan do, mas o rou bo foi fe i to à re ve lia da von ta de do Mes tre. Agin do sem man da do do rei, e gri tan do fal sa men te que a vila es ta va to ma da, “*fo ram la os mo ços e aze me es e ho me es de pe*”, aca ban do ra pi da men te com toda a erva. Nessas condições, o Mestre não hesitou em man dar pren der um mo ço pe que no (id., p.379). Se gui ram-se ou tras pri sões: “E el Rey ou ve des to mui gran de me nen co ria, e man da va pren der quan tos acha sem que a to ma ram, e fo ram pre sos e le va dos am te elle seis mo ços cul pa dos em esto.” Um nobre da Corte intercede mas em vão: “num ca tan tas boas re zo e es pode di zer a El Rei e lhe pe dir por mer ce que o de mo ver po de se que os nam man das se de ce par” (id., p.291, v.2). Para efe i tos ju di ci a is, os mo ços pe que nos iam lado a lado com os adul tos e so fri am a sua sorte: “(...) levando cativos todollos homes e mo lhe res e mo ços e g(u)ados e qua(n)to acha ram” (id., p.291).

Um passo em frente no crescimento

A palavra *cachopo* designava visivelmente a criança que pas sa va pela primeira in fân cia, e cujas brin ca de i ras eram já imi ta ti vas de ac ti vi da des adul tas, ma ni fes tan do, por ou tro lado, ca pa ci da de de ini ci a ti va gru pal. É o que pa re ce lí ci to de du zir das se guin tes pa la vras de Fer não Lo pes: “(...) co me ça rom mui tos ca cho pos e sair fora da cidade sem lho mam dan mdo ne quem

[ninguém] (...) com cavalinhos de ca nas que cada huu fa zia (...) (id., p.390); “Nem falo dos ca cho pos que say ra ã re ce ber el Rey quo am do foi pera Coimbra (...) ca dirão que lhe (s) po dia ser em si na do” (id., p.124, v.2). A for ça física do cachopo é, porém, muito inferior à do adul to. Des se modo, o fan far rão é com pa ra do com a cri an ça cres ci da: “ (...) como se fo sees huu grão lutador trabalhamdo-vos per di ri bar [der ru bar] huu ca cho po” (id., p.85).

Entre o cachopo e o *mancebo* interpu nha-se considerável distância em termos de ida de: o man ce bo po dia con tar pou co mais de 20 anos, sendo, aliás, escudeiro-fidalgo (id., p.296-297). Ape sar dis so, o ca cho po dis pu nha de robustez suficiente para apanhar sozinho um fe i xe de va ras e dis por-se à re fre ga (id., ib.).

Finalmente, a palavra *rapaz* designava in di ví du os com ida de e for ça su fi ci en tes para serem *besteiros*, isto é, ma nu se a rem as ar mas mais pe sa das dos exér ci tos (id., p.379).

A integração social e a menoridade

Até aos 25 anos, se gun do as dis po si ções jurídicas produzidas por imperadores e reis, dizia o Conselho de Castela que o homem deveria ser considerado menor (id., p.313, v.2). Em conse quên cia, havia prá ti ca so ci a is cuja con cre ti za ção, ocor ren do na in fân cia, ti nha de ser adi a da pelo me nos até a ado les cên cia, apesar de essas dila ções continuarem a agravar des ní ve is e tá ri os con si de rá ve is.

Fernão Lopes apresenta algumassitu a ções características desse período e relativas ao ma tri mó nio. Os 14 anos de ida de pa re cem marcar um nível de idade a partir do qual o ca sa men to ple no era pos sí vel, já que se de ter mi nou que o se gun do fi lho do rei de Cas te la, o Infan te D. Fer nan do, “nã es po sas se nem to ma se mo lher ne nhua” até que seu ir mão fos se de 14 anos, ten do ele 9 anos nes sa épo ca. Por ou tro lado, sen do o Infan te D. Hen ri que de 9 anos, tra ta-se do seu ca sa men to (id., p.263 e

p.411). Na mesma *Crónica* somos informados de que o rei de Castela sondara um dos filhos sobre a possibilidade de se casar com uma menina que então contava 4 anos, tendo ele 20, pelo que deveria esperar 9 ou 10 anos para casar efetivamente (id., p.446). Outro caso era o do jovem que só com 16 anos é junto com sua mulher que, nessa altura, já contava 27 (id., p.446). Uma menina, sendo moça de 14 anos, seria recebida pelo rei de Castela em Palença, a fim de aí ser celebrada solemne mente a festa de esposais (id., p.265).

haveria, pois, uma distinção nítida entre o casar e o “*tomar mulher*”, ou seja, o viver maritalmente. As conveniências e os interesses impunham opções inteiramente alheias à idade de sentimentos da queles em nome dos quais eram tomadas.

Uma visão adultocêntrica da criança

Independentemente das relações afectivas que se entrecem na Idade Média entre progenitores e filhos, as relações sociais remetem-nos para uma sociedade estruturada segundo o pensar e o querer dos adultos. A criança e o jovem eram fortemente comandados a partir de interesses que interferem com as suas vidas de uma forma absoluta. Para os adultos, a criança não dispunha de capacidade para se reger de modo racional. “A alma de um menino, que vem a ser?”, perguntava o Padre António Vieira: “Uma vontade sem afectos e um entendimento sem uso.”

Uma cena infantil no Paço Real

A literatura memorialística, do mesmo modo que outros *ego-documentos*, constitui uma das fontes mais ricas em ordem à reconstrução histórica do passado infantil dos adultos. Perante os silêncios sem história das crianças que somos, é preciso recorrer às memórias vivas das crianças que fomos.

A infância do Marquês de Fronteira e d’Alorna parece ter deixado traços muito vivos na sua lembrança. Nas ci do em 1802, fica órfão quando está prestes a completar cinco anos. Sendo impossível entregar a sua tutela a sua avó materna, a Condessa d’Oyenhausen, futura Marquesa de Alorna, pelo facto de se encontrar exilada em Inglaterra, receberia esse encargo um dos seus tios, o Marquês de Belas. Este, recorda o Marquês de Fronteira e de Alorna, graças às influências de que dispunha no Príncipe Regente, o futuro D. João VI, consegue que “eu, seu pupilo primogénito, fosse agraciado com os títulos da casa de meus antepassados, bens da Coroa e direitos baiais que a mesma desfrutava, os quais rendiam para cima de 14 000\$000 r [éis]. por ano” (Alorna, 1926, p.6).

Para tanto, era necessário que a criança, apesar de contar menos de cinco anos, se dirigisse a Mafrã e fosse apresentada a Sua Alteza. Depois dessa formalidade, todos os direitos ficavam reconhecidos a Fronteira e Alorna podiam continuar a beneficiar sem sobresaltos da sua consideável fortuna.

O que vai ser essa deslocação a Mafrã a partir do palácio de Benfica onde o jovem órfão vivia, assim como a própria cerimónia de que seria protagonista, é descrito pelo Marquês com um admirável senso de detalhe. Em primeiro lugar, a evocação do véculo e da ocupação do seu espaço interior, de que se garantia a parte menos cómoda era a que cabia ao herdeiro primogénito dessa grande casa:

Saí de noite de Benfica, meio a dormir, em uma sege, acomodado por um íntimo amigo de meu Pai (...) e por Mr. Fabre, meu guarda-roupa, emigrado francês.

Ajornada, segundo as minhas reminiscências, não foi das mais cómodas. A sege, uma das mais antigas de meu Pai e talvez de meu Avô, feita naturalmente de propósito para estas viagens, era estreita e não oferecia ou transtorno

gem, além da sua solidez, para resistir aos baldões dos pés si mos ca mi nhos (...).

Os meus com pa nhei ros ocu pa vam uma boa parte do ve í cu lo, não só por que eram bem for ne ci dos de car nes, mas por que iam em bu ça dos em gran des ca po tes; e o res to ia por tal for ma che io com as con de ças e sa cos com a mi nha to i let te de Cor te e com as gran des la tas de gu lo di ces que o ve lho co pe i ro de meu Pai (...) para ali ti nha me ti do, que pou co es pa ço fi ca va para me as sen tar, indo por isso qua se sem pre no colo de um de les.

Se as con di ções de ins ta la ção eram já de si mes ma sal ta men te in có mo das para a crian ça, esta si tua ção ne ga ti va agra va va-se pe la ve lo ci da de a que se con du zia o ve í cu lo. Ela torna va-se tan to mais pe ri go sa quan to eram ei va dos de pe ri gos os des vi os e in cli na ções da es tra da, designa da men te na la de ira de Che le iros, ain da hoje caracte ri za da por uma encosta muito acentuada. Assim re cor da o Mar quês de Fron te i ra e de Alor na, não sem al gu ma im pre cisão, o acidente ocorrido durante a viagem:

Na que la épo ca era moda o vi a jar a toda a bri da e, embora os amos quisessem o contrário, os bolie iros não obe de ci am: o ca va lo da sela con servava-se sempre a galope, enquanto o das varas ia a tro teras ga do. Nes tas via gens a Ma fra aconte ci am muitas vezes des gra ças ter rí veis. Na des ci da de Che le iros ca iu-me o ca va lo das varas, escapando eu por milagre de sair pela se ge fora, e ficar tal vez mor to. Este acon te ci men to atra sou al gu ma co i sa a jo r na da e não me lem bra o meio de que se ser vi ram para a po der mos con tinuar.

Uma vez em Ma fra, é re ce bi do com todo o des ve lo pe los em pre ga dos da Casa Real, que guardavam excelente memória de seu Pai e lamentavam a sua morte prematura. Mas os direitos psicológicos da criança, por assim dizer, recuperam o seu lugar e logo a partir desse momento fazem-se ouvir sem mais inibições:

Logo que che guei, en trei a gri tar pe las cri a das que ti nha de i xa do em Ben fi ca e, ape sar dos es for ços que empregavam e promessas que me faziam, não podiam so ce gar-me.

Os adul tos ini ci am en tão uma es tra té gia de se du ção da cri an ça, a fim de a per su a di rem a ace i tar as con ven ções do lu gar:

Le va ram-me ao colo para o quar to de ou tro tio que re si dia na Cor te e era en tão Mi nis tro dos Né gó ci os Es tran ge iros (...) e aí, de pois de gran des promessas, pre sen tes de bo ni tos e mu i to doce, conseguiram despir-me o fato de via gem, um pou co ori gi nal (pois era um cha péu cinzento com grande la ço azul e encarnado, um baju ver de com ala ma res de oiro, gran des fo lhos ca í dos na ca mi sa, cal ções de ve lu di lho pre to com gran des la ços bran cos ca í dos, mei as cor de carne, e sa pa tos com la ços bran cos) e ves ti ram-me à Cor te.

A par te mais tra ba lho sa do ser vi ço cou be na tu ral men te a Mon si e ur Fa bre, o fran çês exilado que ganhava a vida como guar da-roupa do pe que no Mar quês. Ele pró prio o confessa ao escrever:

Foi isto né gó cio difí cil para o meu guar da-roupa, por que, ten do eu o ca be lo com pri do e ane la do, e sen do pre ci so pô r uma ca be le i ra em po a da e de ra bi cho, não como a do gran de Marquês de Pombal, mas do mesmo gé nero, ain da que em mi ni a tu ra, eu, a quem ela in co mo da va, que ria a to dos os mo men tos ti rá-la, cor ren do as sim o ris co de se per der o tra ba lho que o cabeleireiro tivera em Ben fi ca para ar ran jar aque la obra.

O infantil rebelava-se, pois, contra o convencionalismo dos adultos, incapazes de me dir as dis tã n ci as en tre os dois uni versos em pre sen ça. Tal re belião ma ni fes ta va-se em to das as o por tuni da des:

Amuito custose conseguiramacomodar-me. Vestiram-me uma camisa com grandes punhos e bofes de renda de França, um pescoquinho branco aperta do por uma fiavela de aço, uns calções de veludo preto com fiavela de aço e laços pretos, meias de seda branca, sapatos pretos com grandessal tosen carna dose abotoadura de madre pérola, espadim com copos de aço, e chapéu elástico de plumas brancas.

Assim vestida e armada, a criança com me nos de cinco anos entrava no mundo da ficção adulta sem que pudesse, nessa época, decodificá-la. Ele próprio o confessou ao revelar como galgava de um ápice até ao topo a escadaria das hierarquias nobiliárquicas:

Nunca fui ao Paço sem espada, porque nunca fui Moço Fidalgo, tendo gozado, desde a idade de cinco anos, as honras de Grande do Reino.

Havia, no entanto, que consumar a cerimónia de iniciação que no Paço de Marfarse representava. À distância dos anos, o Marquês de Fronteira evoca-a com um sentimento irónico, na sucessão de terrores em que ela se constituiu:

Conduzido por meu tutor e tios, encaminhei-me para a sala de recepção do Príncipe Regente, sendo acompanhado pelos meus dois companheiros de jornada até onde a etiqueta da Cortelhes permitia, mas, apenas os perdi de vista, dessa teinumberreiro de choiro, sem que rerseguir por diante, gritando por meu irmão de quem nunca me tinha separado, e por Mr. Fabre, meu guarda-roupa. Logo que avistei S. A., tremi de medo, tal foi a impressão que me causou a sua fealdade, mas, conhecendo que se to dos os que o cercavam, por que ou eram meus parentes ou amigos de meu Pai, tranquilei-sei-me.

A cena vai atingir o seu vértice cómico e equívoco, precisamente no acto seguinte, rememoradonestes termos:

Sua Alteza costumava fazer sempre a mesma pergunta às crianças que, na minha posição, lhe eram apresentadas, e era ela: Para que lhe serve a espada que traz à cinta? Meu tio tinha-me ensinado a resposta que eu, à força de me ser repetida, de co rei, e, quando S. A., segundo a etiqueta, me fez a pergunta, respondi de pronto: Para de fender a V. A.! O Príncipe nem para mim olhou, e estou hoje convencido de que nem viu a minha resposta.

Logo que respondi, gritei por Mr. Fabre, e S. A., persuadindo-se de que eu tinha levado comigo um frade, disse para meu tio: Chame o Frade! Meu tio disse-lhe que era pelo meu guarda-roupa que eu chamava e que não era frade.

Esta atmosfera burlesca envolve a cena capital em que a criança, travestida de adulto e transportada para um mundo adulto mas fictício, recupera os direitos à sua própria infantilidade.

A criança da rua: o revolucionário

De dicado a Antero de Quental em 1873 por Guilherme de Azevedo, *A Alma Nova* é uma das obras poéticas mais extraordinárias da chamada Geração de 70. Nesse livro, em que verdadeiramente la tejam os novos ideais do século, fala-se de facto da Humanidade e da Justiça.

Num dos seus poemas, Azevedo insere o que poderíamos chamar *discurso da Ordem*, a interpelação brutal da criança da rua, em cujo vultofranzino se divisa desde logo o futuro revolucionário.

Assim começa o poema:

Pequenino, donde vens cantando a

[MARSELHESA;

Da barricada infame ou doutra vil torpeza?

Diantedes tal ter nativas, o futuro que se lhe atribui nada tem de ri so nho. Ocul ta na

sua mão po de rá es tar a lâ mi na mor tal ou a lima des ti na da a adel ga çar os fer ros da mas mor ra. O seu futuro é ambíguo: vulto de arcanjo, ei-lo que esvoaça entre as fu ma ças do pe tró leo com que os seus ca ma ra das da Co mu na ti nam de i tado fogo a Paris. É preciso forçá-lo a desco brir-se e a re ve lar a arma te mí vel que trans por ta, e que é, afinal, a do saber e da cultura:

Que es plên di do por vir! Do nada ape nas sais
começas a morder as púr pu ras re ais,
ó fi lho tri vi al da lí vi da ca na lha!...
E, va mos, de i xa ver, guar das te uma na va lha?!,
Não tre mas que eu bem vi! Que tra zes tu na
[mão?
Inten tas já li mar as gra des da pri são,
Fazendo cin ti lar um fer ro con tra o só lio,
Arcanjo que ade ja is nos fu mos do pe tró leo?!...
Mas, va mos, abre a mão: não que i ras que eu te
[dê.
Ban di do, eu bem di zia! – a car ta do ABC!...

Escrito no quadro do revolucionarismo ro mân ti co, o po e ma é uma das mu i tas glo ri fi ca ções oi to cen tis tas da cri an ça po bre e do po der ex tra ordi ná rio da es co la ri za ção pri má ria, por meio da es co la ou de mo da li da des in for ma is de ins tru ção po pu lar, re la ti va men te ao des ti no so ci al. A ilu são da fe li ci da de fu tu ra da cri an ça mi se rá vel gra ças, ape nas, à for ça da edu ca ção.

A criança da rua: a educação “natural”

Em 1851, La ti no Co el ho (1825-1891), es critor, militar, político, membro da Academia Real das Ciências e lente da Escola Politécnica publicava na *Revista Popular*, editada em Lis boa, a crónica intitulada *O Gaiato*, mais tarde recolhida na galeria dos *Tipos Nacionais*. Era um retrato do que chamamos *criança da rua*, cujo modo de vi ver pro vo ca va a re pul sa das clas ses su pe ri o res. A pró pria pa la vra *gaiato* sugeria desde logo um indivíduo de orienta ções ambíguas. Como escreve Latino, tratava-se de *um*

enterepugnante, cujo nome so a va “equi vo ca men te aos ou vi dos cas to se de li ca dos” (p.23).

Entre tan to, o gai a to re pre sen ta mais do que um tipo de cri an ça. Ele trans por ta con si go o *ger men dos des ti nos da pá tria*, ambiva lentes e incertos. O gai a to, hoje, não seria tanto um ser que su ge ri ria a “de gra da ção da espécie humana no primeiro alvorecer da vida”: mais do que isso, seria “uma posição social que serve como de ponto de partida para destinos gloriosos ou ignóbeis, lucrati vos ou miseráveis” (p.24).

Na so cie da de por tu gue sa de me a dos do sé cu lo XIX, em ple no mo vi men to his tó ri co da Re ge ne ra ção, a vida deixara de ter apenas como te a tro o ce ná rio do més ti co e pas sa ra a ser pública: a rua, afirma Latino, “é o ver da de i ro te a tro onde a ci vi li za ção vai des fi lan do, en tre os apla u sos e as pa te a das de es pec ta do res antagonistas” (id.). Decorreria daí que o gai a to go za va de inegáveis vantagens sobre os seus adversários. Em lugar de dever ser criado no res guar do dos la res, era

... um ser privi legi a do den tro da famí lia hu ma na. Qu a se que nas ce li vre. Qu a se que veio a mun do já he rói e pro ta go nis ta de cem dra mas gran di o sos. A fe i to às du rezas da vida, ex pe ri men ta do a todas as intempéries, pode dizer que é o ho mem da na tu re za, li vre como ela, li ge i ro como o ven to, sa gaz como a ra po za, bra vo como o leão das sel vas. (p.24-25)

Esta luta pela vida leva o gai a to a de sen vol ver ca pa ci da des que, de ou tro modo, fi ca ri am co ac tas. Ele é Aquiles, “no meio de uma cidade populosa, enlameada, nas vielas estreitas e infectas de um bairro escuso” (p.25-26). É folhetinista, quer dizer, jornalista satírico, “por índole, por necessidade, raras vezes por distra ção” (p.26). É “observador por instinto e crítico por por hábito” (p.27). Sem que nunca tivesse lido Horácio nem Alphonse Karr, “a sua crítica é implacável e perpétua. Aparece um ridículo, e o gai a to

sa u dou-o logo com o dic t é rio, com a zom ba ria, com a apu pa da es tron do sa” (id.).

Edu ca do, por as sim di zer, pela *natureza*, o ga i a to ex ce de to das as ex pec ta ti vas. Os seus dons de cr í ti co po dem ex pri mir-se por meio de um epigrama, do lançamento de uma laranja podre ou de um pedaço de hortalíça...Deleita-se com a música:

A sua gar gan ta, mais elás tí ca do que a do can tor mais vitoriado, desata-se em notas variadíssi-mas de um as so bio agu do e pe ne tran te. O ga i a to, que na vida so ci al é um tipo e um ti ro cí nio, é no mun do mu si cal um meio que a Pro vi dên cia des ti nou a vul ga ri sar os can tos que de vem tor nar-se populares. (p.29)

As vocações do gaiato podem desdo-brar-se em vá ri os cam pos. Ini cia do nos mis té ri os da *fortuna social*, ele sa be rá as cen der to dos os de gra us da *epopeiagatunal*, para usar a ex pressão de Latino, quando a vida lhe depara oportunidades. Inspirando-se em Malthus, o cronista dirá que “no banquete social não ha verá ta lher para to dos os con vi da dos” e, des se modo, nem todos os gaiatos chegarão a posi ções des ta ca das na vida. Des se modo não po de rá ir muito longe:

O ga i a to, que nas ceu de ba i xo des te ho rós co po fu nes to, que lhe nega todo o aces so so ci al, fi ca rá sen do ga i a to toda a vida, e, com o apon tar da vi ri li da de, re ce be rá, como ga lar dão dos seus ser vi ços, o di plo ma de ma lan dri no. (p.36)

Re tra to de crian ça, his to ri ca men te e so cial men te da ta do, ele re pro du z a ace i ta ção da adultificação prematura da infância, apon-tando afi nal como mo de los vir tu o sos de vida aqueles que, como dizia o romancista Soeiro Pereira Gomes, nunca foram meninos.

Perante este quadro, perguntamo-nos se o gaiato representa verdadeiramente uma crian ça, pelo me nos tal qual o re tra tou La ti no Coelho, ou se, pelo contrário, ele representa um adul to su be vo lu í do do pon to de vis ta fi si co mais do que do ângulo mental. O gaiato não traz até nós ne nhu ma re ac ção de in fân cia, ao con trá rio do Mar quês de Fron te i ra que, adultificado, solta em liberdade incómoda a criança que ha via em si.

Conclusões

É bem ver da de que *infância* se es cre ve no plural. Ca te go ria his tó ri ca, so ci al e psi co ló gi ca, a in fân cia e aque les que dela são por ta do res, ou antes, que a vivem, apresentam uma considerável variedade de perfis. Sob essa va ri e da de se rá ne ces sá rio des co brir o que exis te de co mum, para além dos de li ne a men tos imprecisos.

Por ou tro lado, é pre ci so re cor dar que estes retratos de crianças não provêm directamente de crianças, senão que foram produzidos por aqueles que já não eram me ni nos. A his tó ri a da in fân cia, a his tó ri a da crian ça cons tituem, até certo ponto, histórias de silêncios, de crónicas que ninguém es cre veu.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE- BIDON, Danièle. Grande uret rennaissance du sentiment de l'enfance au Moyen-Âge. *Histoire de L'Education*. Édu ca ti ons mé dié va les: l'enfance, l'école, l'église en oc ci dent. (Ve. – X siè cles). Pa ris, nº 50, p.39-63, mai 1991.
- ALORNA, Mar quês de Fron te i ra e. *Memórias*. Co im bra: Impren sa da Uni ver si da de, 1926.
- AZEVEDO, Gui lher me de. *A alma nova*. 2. ed. Co im bra: Impren sa da Uni ver si da de, 1923.
- BECCHI, Egli; JULIA, Do mi ni que (a cura di). *Storia dell'infanzia*. Ro ma-Bari: Edi to ri La ter za, 1996. 2 v.
- COELHO, Latino. O Gaiato. In: *Tipos nacionais*. Lisboa: s.d.
- LOPES, Fer nã o. *Cró ni ca de D. João I*. Por to: Liv ra ria Ci vi li za çã o, 1990. 2 v.
- LEVI, Gi o van ni; SCMITT, Je an- Cla u de. *Histoire des jeunes en occident*. Pa ris: Du Se u il, 1996. 2 v.
- RICHÉ, Pierre. Réfléxions sur l'histoire de l'éducation dans le haut moyen âge. *Histoire de L'Education*. Édu ca ti ons mé dié va les: l'enfance, l'école, l'église en oc ci dent (Ve. -XI siè cles), Pa ris, nº 50, p.17-38, mai 1991.

Re ce bi do em 03.10.00

Apro va do em 20.02.01

Rogério Fernandes tem vasta produção sobre história da educação portuguesa, publicada também no Brasil. É professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Participa da Rede de Investigações em História e Museologia da Infância e da Educação (RIHMIE).